

O BNDES e o cooperativismo agropecuário brasileiro depois de 2000¹

Wilian Padilha²
Carlos José Espíndola³

Resumo – Este trabalho buscou retratar o papel do BNDES no desenvolvimento econômico e produtivo das cooperativas agropecuárias brasileiras a partir de 2000. As associações do ramo agropecuário, especialmente as grandes cooperativas agroindustriais, registraram expressiva ampliação de associados, produção, área de atuação e faturamento. Apesar da importância de outros fatores, como mercado e preços, a relação estabelecida entre o BNDES e políticas públicas de crédito foi decisiva para dinamizar o crescimento do cooperativismo recentemente, viabilizando, por meio do crédito de longo prazo, investimentos produtivos e comerciais do setor. A abordagem metodológica compreendeu a coleta e a análise de dados estatísticos e informações obtidos em instituições financeiras e cooperativas e, com o intuito de detalhar a relação das cooperativas com o BNDES, foram selecionadas as informações sobre as operações de crédito das cinco maiores cooperativas do País com o banco: Coamo, Aurora, C. Vale, Lar e Cocamar.

Palavras-chave: agronegócio, desenvolvimento econômico, políticas de crédito.

BNDES and Brazilian agricultural cooperativism after 2000

Abstract – This article presents the importance of BNDES in the economic and productive development of Brazilian agricultural cooperatives after the 2000s. During this period, agricultural cooperatives, especially large agro-industrial cooperatives, registered a significant increase in the number of members, production, territory of operation and revenues. Despite the importance of other factors, such as market and prices, the relationship of cooperatives with BNDES and public credit policies was decisive for the recent growth of cooperativism, enabling productive and commercial investments in the sector. The text methodology included the analysis of statistical data and information obtained from financial institutions and cooperatives. To detail the relationship between the cooperatives and BNDES, information on credit operations with the bank of the five largest cooperatives in Brazil was selected: Coamo, Aurora, C. Vale, Lar and Cocamar.

Keywords: agribusiness, economic development, credit policies.

¹ Original recebido em 12/11/2019 e aprovado em 16/3/2020.

² Doutor em Geografia, professor e pesquisador do Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: wilian_padilha@hotmail.com

³ Doutor em Geografia, professor e pesquisador do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: carlos.espindola@ufsc.br

Introdução

A partir de 2000, as cooperativas agropecuárias brasileiras iniciaram uma nova etapa de desenvolvimento, com aumento do número de instituições e de associados, da produção e da capacidade de armazenagem, de investimento, faturamento e exportações. Aprofundou-se a integração do setor com o capital produtivo, com expansão das cooperativas agroindustriais por todo País, notadamente no Sul.

De 2000 a 2018, o número de cooperativas agropecuárias no Brasil cresceu de 1.411 para 1.613; o número de produtores sócios aumentou de 831 mil para 1.021 mil; e o número de empregados saltou de 108 mil para 209 mil. A participação das cooperativas no PIB agropecuário evoluiu de 38,4% em 2007 para 48% em 2015. No mercado externo, as exportações do ramo cresceram de US\$ 7,8 bilhões na década de 1990 para US\$ 22,4 bilhões na de 2000 e atingiu US\$ 50 bilhões em 2010–2018. A capacidade estática de armazenagem das cooperativas subiu de 19 milhões de toneladas em 2000 para 33 milhões de toneladas em 2016 (Brasil, 1990-2018; Conab, 2016; OCB, 2019).

A importância do setor na produção agrícola, que na década de 1990 havia recuado, voltou a ascender e, de 1996 a 2006, a participação das cooperativas na produção de trigo subiu de 62% para 74%; também para a soja, de 29,4% para 57%; café, de 27,9% para 48%; algodão, de 39% para 44%; milho, de 16,6% para 43%; arroz, de 11,3% para 35%; e feijão, de 11,1% para 18%. Os dados do Censo Agropecuário 2017 indicam a continuidade da expansão produtiva das cooperativas, que já respondem por cerca de 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro (IBGE, 2006, 2019, 2020).

O desempenho positivo do setor nesses aspectos contrapõe os dados manifestados ao longo da década de 1990, quando o cooperativismo registrou redução de sua abrangência social e econômica. Na década de 2000, o crescimento das cooperativas fez com que ganhassem mais espaço no agronegócio brasileiro e, em 2018, das 200 maiores empresas do agro-

negócio no Brasil, 38 eram cooperativas, com montante de faturamento de R\$ 127 bilhões no ano (Exame, 2019).

O recente contexto das cooperativas brasileiras esteve atrelado à retomada do crescimento econômico nacional depois de 2003, que, entre outras coisas, alavancou o consumo interno, expandiu os investimentos em infraestrutura e promoveu redução da inflação e o aumento das exportações do agronegócio. Contudo, o fator fundamental para compreender o panorama do setor na última década, em especial das grandes cooperativas agroindustriais, foi a conexão das cooperativas com o capital financeiro público.

Na década de 2000, o valor aplicado no crédito rural público cresceu consideravelmente, com queda de juros e ampliação dos prazos de pagamento. O volume de crédito repassado às cooperativas agropecuárias subiu de R\$ 44,3 bilhões na década de 1990 para R\$ 87 bilhões na de 2000 e chegou a R\$ 188 bilhões em 2010–2018. Nesse momento, foram gestados programas de financiamento específicos para cooperativas, caso do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) em 2003 e do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) em 2009, que, juntos, aplicaram, em valores correntes, R\$ 26 bilhões no financiamento do setor de 2003 a 2018. Destaca-se que a retomada do crédito rural oficial privilegiou recursos para investimentos, modalidade que nas décadas anteriores estava praticamente abandonada (Bacen, 1999-2012, 2013-2018; Brasil, 2019).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por ser o maior agente financeiro público, especialmente com relação aos financiamentos para investimentos, assumiu papel fundamental no desembolso dos recursos financeiros oficiais às cooperativas, tendo atuado ainda no controle e gestão dos programas de crédito específicos para o cooperativismo. Os valores aplicados direta e indiretamente pelo BNDES em financiamentos às cooperativas agropecuárias subiram de R\$ 386 milhões em 2003

para R\$ 5 bilhões em 2015, diferença de mais de 1.190% (BNDES, 2003-2018).

O objetivo deste trabalho é averiguar o papel do BNDES na capitalização das cooperativas brasileiras e os desdobramentos na expansão econômica e produtiva do setor, especificamente das maiores cooperativas agropecuárias do País a partir de 2000. O estudo divide-se em duas partes: a análise da evolução dos valores financiados pelo banco ao cooperativismo rural e a distribuição regional dos recursos; e os impactos do crédito contratado na expansão produtiva e econômica do cooperativismo, tomando como exemplo os dados das contratações de crédito com o BNDES das cinco maiores cooperativas agropecuária do País no período – Coamo, Aurora, C. Vale, Cocamar e Lar.

Como metodologia, foram feitos levantamento e análise de bibliografias e coleta e tratamento de dados estatísticos. Os dados, principal fonte de informações da pesquisa, foram acessados na plataforma on-line BNDES Transparência (BNDES, 2003-2018), que exhibe as operações de crédito, diretas e indiretas, realizadas pelo banco desde o início da década de 2000; nos anuários de crédito do Banco Central do Brasil (Bacen, 1999-2012, 2013-2018); e nas cooperativas estudadas, por meio de seus relatórios anuais e demonstrativos contábeis (Aurora, 2000-2016; C. Vale, 2000-2018; Coamo, 2000-2018; Cocamar, 2000-2017, 2014-2018; Lar, 2001-2018).

O BNDES e o financiamento das cooperativas brasileiras de 2000 a 2018

As principais instituições financeiras responsáveis pela implementação das políticas de crédito para o cooperativismo agropecuário

no Brasil no princípio do século 21 foram o BNDES, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco do Brasil (BB). O BNDES e o BRDE atuaram exclusivamente nas políticas de investimento; o BB e outros bancos públicos e privados e cooperativas de crédito participaram dos repasses de linhas do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e, em geral, focaram-se nas contratações de custeio e comercialização. Este item detalha só a participação do BNDES no financiamento e crescimento das cooperativas agropecuárias, pois foi a instituição financeira que se destacou no aporte de investimentos ao setor, entendendo que essa foi, das finalidades do crédito público, a mais importante para a expansão geoeconômica das cooperativas nos últimos anos.

O BNDES, mais que uma instituição financeira pública que atende a diversos segmentos da economia nacional, com recursos próprios e do governo, é o agente financeiro mais importante na implementação das políticas econômicas. No agronegócio, o banco é o gerenciador de uma série de políticas de crédito direcionadas para os investimentos produtivos. Assim, ao se referir ao papel do BNDES no desenvolvimento econômico das cooperativas, pode-se também associá-lo ao papel do próprio Estado no fomento da economia nacional (BNDES, 2017).

Depois de 2000, a política do governo federal de investir na indústria e na agropecuária fortaleceu a atuação do BNDES, alavancando os recursos do banco de R\$ 7 bilhões em 1995 para R\$ 23 bilhões em 2000 e R\$ 190 bilhões em 2013 (BNDES, 1996, 2000-2018). Referindo-se só à agropecuária, o BNDES foi a principal fonte de crédito para investimento, com a maior parcela do capital emprestado oriundo do Tesouro Nacional.⁴

⁴ Depois de 2000, as principais fontes dos recursos do BNDES foram os fundos constitucionais – FAT e PIS/Pasep – e o Tesouro Nacional. No caso do governo, a participação expressiva é recente e, desde 2010, o Tesouro Nacional é o principal credor do BNDES. Em 2001, os recursos do tesouro representavam apenas 5,7% das fontes do BNDES; em 2008, era de 43%; em 2009, 46,1%; e em 2014, subiu para 57,7%. Outro aspecto importante sobre as fontes de capital do BNDES é que, nas décadas de 1980 e 1990, a participação de instituições financeiras estrangeiras na capitalização do banco era maior, chegando a representar 21% das fontes do seu capital em 2002. Em 2014, as fontes externas equivaleram a apenas 4,7% (BNDES, 2000-2018).

A Tabela 1 mostra os valores investidos pelo BNDES na agropecuária nacional e o total aplicado pelo SNCR em 2000–2018. No período observado, os recursos para investimentos públicos na agropecuária brasileira somaram R\$ 621 bilhões, com o BNDES desembolsando 266 bilhões desse montante, ou seja, 44% do total.

A retomada do crédito público, na década de 2000, foi acompanhada de crescimento dos valores destinados aos investimentos agropecuários. Em 2000, o SNCR financiou cerca de R\$ 9 bilhões em investimentos ao setor, mas ampliou para R\$ 68 bilhões em 2014. Em média, os valores destinados a investimentos evoluíram 10,4% ao ano, com diferença de 386% entre 2018 e

2000. No entanto, a partir de 2015 ocorreu mudança na tendência de evolução do crédito rural, que, como revelado na Tabela 1, afetou o crédito para investimentos no SNCR e no BNDES.

A respeito da expansão do crédito rural de 2000 a meados de 2015, é necessário frisar que a elevação dos recursos ocorreu em todas as modalidades do SNCR (custeio, comercialização e investimento) e resultou tanto da retomada do crescimento da economia nacional, sobretudo depois de 2003, que repercutiu sobre a capacidade de intervenção pública nos setores produtivos, quanto do posicionamento do governo federal em relação ao papel do Estado na economia via ferramenta de crédito.

Tabela 1. BNDES e SNCR – investimentos agropecuários em 2000–2018.⁽¹⁾

Ano	SNCR	Cresc. ⁽²⁾	BNDES	Cresc. ⁽²⁾	Part. ⁽³⁾
2000	9.377.843	-	5.432.460	-	57,9
2001	13.231.624	41,1	6.931.922	27,6	52,4
2002	14.898.971	12,6	9.357.581	35,0	62,8
2003	17.831.621	19,7	9.340.347	-0,2	52,3
2004	20.618.418	15,6	13.956.320	49,4	67,7
2005	20.287.728	-1,6	8.684.551	-37,8	42,8
2006	21.816.523	7,5	5.917.391	-31,9	27,1
2007	22.154.209	1,5	7.280.104	23,0	32,9
2008	25.200.057	13,7	8.313.373	14,2	33,0
2009	30.264.907	20,1	11.110.123	33,6	36,7
2010	34.650.311	14,5	17.210.270	54,9	49,7
2011	37.381.733	7,9	16.965.806	-1,4	45,4
2012	49.991.481	33,7	14.340.754	-15,5	28,7
2013	62.245.620	24,5	26.059.126	81,7	41,9
2014	68.104.634	9,4	35.915.145	37,8	52,7
2015	48.320.038	-29,1	22.559.346	-37,2	46,7
2016	39.660.595	-17,9	17.399.022	-22,9	43,9
2017	40.058.432	1,0	14.640.221	-15,8	36,5
2018	45.594.193	13,8	15.201.400	3,8	33,3
Total	621.688.939	-	266.615.260	-	-
Média	-	10,4%	-	11,0%	42,9%
Acum. ⁽⁴⁾	-	386%	-	180%	-

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil corrigidos (IGP-DI 12/2018). ⁽²⁾ Crescimento percentual anual. ⁽³⁾ Participação dos investimentos do BNDES com relação ao total do SNCR. ⁽⁴⁾ Crescimento acumulado de 2000 a 2018.

Fonte: Bacen (1999-2012, 2013-2018) e BNDES (2000-2018).

A partir de 2009, em meio aos desdobramentos da crise financeira internacional de 2008, o crédito público para investimento foi reforçado como uma política anticíclica, crescendo 18,4% ao ano em 2009–2014 e assegurando que o agronegócio mantivesse o ritmo de investimentos e expansão mesmo sob o contexto de crise externa.

Nesse momento, os financiamentos de investimentos via BNDES dilataram de R\$ 5,4 bilhões em 2000 para R\$ 35 bilhões em 2014, diferença de 560% e média de evolução de 19,3% ao ano. De 2009 a 2014, apesar das retrações em 2011 e 2012, o desempenho médio dos investimentos do banco na agropecuária foi de 31,9% ao ano. Com isso, constatou-se que a maior parcela do crédito do BNDES foi financiada em 2009–2015: enquanto de 2000 a 2009 os desembolsos para agropecuária lograram média de R\$ 8,6 bilhões ao ano, somando R\$ 86 bilhões na década, de 2010 a 2015 a média foi de R\$ 22,1 bilhões ao ano e R\$ 133 bilhões investidos – 50% do total observado na Tabela 1.

A ampliação dos valores financiados se manteve até 2015, quando houve redução de 29% nos investimentos totais do SNCR e de 37% nos investimentos do BNDES, reflexo do panorama político e econômico do Brasil e das medidas para contenção de gastos públicos, que se aprofundaram nos anos seguintes. Um fator determinante para a retração do crédito para investimento – e de outras modalidades de crédito do SNCR – foi a elevação da taxa de juros, que interferiu diretamente sobre a tomada de recursos, especialmente nos investimentos, que se caracterizam por envolver grandes somas de capital com pagamento no longo prazo, sendo a taxa de juros um fator decisivo para contratação

ou não dos empréstimos. No caso do BNDES, a queda dos desembolsos foi mais acentuada do que no crédito rural como um todo, caindo, em 2018, para R\$ 15 bilhões, ou seja, déficit de 57% em relação ao valor de 2014, momento auge de seus desembolsos – para o SNCR, a queda foi de 33%.

Quanto à participação do BNDES nos investimentos totais do SNCR, a média foi de 43% em 2000–2018, o que sinaliza a importância do banco nos investimentos agropecuários na década de 2000. Em 2014, ápice do financiamento aos investimentos, o BNDES respondeu por 52,7% do valor, no caso, R\$ 35,9 bilhões.

No início do período observado, o BNDES possuía maior participação nos investimentos totais, chegando a 67,7% em 2004, mas, com o passar do tempo, sua presença enfraqueceu, chegando a 28,7% em 2012, o menor percentual anotado. A oscilação e perda de participação do BNDES nos investimentos agropecuários, desde 2000, devem-se ao ganho de importância de outras instituições financeiras nos investimentos SNCR, muitas, inclusive, repassando recursos oriundos ou geridos pelo BNDES. Nos casos de 2016, 2017 e 2018, a queda dos valores aplicados fez cair também a participação do banco nos investimentos agropecuários.

Quanto ao crédito exclusivo às cooperativas agropecuárias, a Tabela 2 mostra os financiamentos totais do BNDES em 2003–2018. Os dados exibem o montante total emprestado pelo banco ao cooperativismo rural, agregando os financiamentos em operações diretas e indiretas.⁵

Ao todo, foram financiados R\$ 43,5 bilhões às cooperativas agropecuárias brasileiras, o que representou 16,3% do montante investido

⁵ Operações diretas: quando o financiamento é realizado diretamente entre a cooperativa e o BNDES, em que o banco assume o risco do crédito, com contratos acima de R\$ 20 milhões. Empréstimos indiretos: quando a operação de crédito é realizada pela cooperativa e uma instituição financeira credenciada no BNDES, em que a análise do financiamento é feita pelo banco parceiro, que também assume o risco pelo pagamento da operação. Nesse caso, o agente financeiro negocia com a cooperativa as condições do financiamento (prazos de pagamento e garantias exigidas), respeitando as regras e limites definidos pelo BNDES. Nas operações indiretas, podem participar dos desembolsos instituições financeiras credenciadas. Em 2019, estavam cadastradas 58 instituições financeiras no repasse de recursos do banco (em 2006, o número era de 86). Essas instituições, tanto públicas quanto privadas, captam recursos no banco e repassam ao público – uma margem de lucro é permitida no processo. Em 2019, os bancos credenciados mais relevantes foram Bradesco, Itaú, Santander, Banco Safra, BRDE, Banco do Brasil e Caixa (BNDES, 2019).

Tabela 2. BNDES – financiamentos às cooperativas agropecuárias em 2003–2018.⁽¹⁾

Ano	Valor (R\$ mil)	Cresc. anual (%)	Cresc. acum. (%)
2003	386	-	-
2004	651	68,9	68,9
2005	774	18,7	100,6
2006	845	9,2	119,1
2007	1.098	29,9	184,7
2008	1.655	50,7	329,0
2009	3.710	124,2	861,9
2010	6.300	69,8	1.533,5
2011	3.877	-38,5	905,3
2012	2.621	-32,4	579,6
2013	4.847	84,9	1.156,7
2014	4.539	-6,4	1.076,8
2015	5.007	10,3	1.198,4
2016	3.189	-36,3	726,8
2017	2.324	-27,1	502,5
2018	1.691	-27,2	338,5
Total	43.515	19,9	-

⁽¹⁾ Valores em R\$ milhão R\$ corrigidos (IGP-DI 12/2018).

Fonte: BNDES (2003-2018).

pelo banco na agropecuária nacional no mesmo período, colocando as cooperativas como um dos principais clientes do BNDES na carteira de crédito direcionada ao setor agropecuário. Até 2003, a única política de crédito específica para cooperativas no BNDES era o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras (Recoop), com poucos valores. Com a criação do Prodecoop e do Procap-Agro, a relação do banco com o cooperativismo intensificou-se e os valores financiados subiram.

O Recoop, o Prodecoop e o Procap-Agro foram e são as políticas de crédito específicas do cooperativismo agropecuário e representaram, na década de 2000, os pilares financeiros do crescimento do setor. O Recoop existiu de 1998 a 2003 e teve como objetivo reestruturar e capitalizar as cooperativas de produtores rurais, que no fim da década de 1990 estavam altamente en-

dividadas, fornecendo crédito para o saneamento financeiro e alongamento de dívidas (Brasil, 1998). O Prodecoop, criado em 2003 e ainda em vigência, surgiu com a finalidade de conceder crédito para investimento às cooperativas agropecuárias, singulares ou centrais, possibilitando a ampliação do complexo agroindustrial do ramo por meio da construção e modernização de sistemas produtivos e de comercialização (Bacen, 2002). Por fim, o Procap-Agro, gestado em 2009 e também em vigência, forneceu crédito para a formação de capital de giro, tendo sido relevante para a recomposição financeira das cooperativas em meio à redução do fluxo de capital privado ao agronegócio depois da crise financeira de 2008 (Bacen, 2009). Os três programas contaram com recursos públicos, sendo o Prodecoop e o Procap-Agro gerenciados diretamente pelo BNDES. Ambos os programas aplicaram cerca de 80% do total desembolsado pelo BNDES às cooperativas em 2003–2018 (Padilha, 2019).

Além das contratações nos programas específicos, as cooperativas acessaram recursos no banco por meio de outras políticas de crédito, como o PSI-BK, Programa ABC, Finame, Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e Pronaf Investimento.

A maioria dos financiamentos às cooperativas ocorreu de 2009 a 2016, R\$ 34 bilhões ou 78% do total (Tabela 2). A ascensão do crédito do BNDES para as cooperativas relacionou-se com vários fatores, como a maior disponibilidade de recursos do governo federal, a redução das taxas de juros das políticas, a ampliação do consumo interno e as perspectivas positivas dos preços agrícolas. A expansão das exportações das cooperativas também interferiu na tomada de crédito com o banco.

Porém, logo depois, os empréstimos às cooperativas recuaram e, em 2018, somaram apenas R\$ 1,69 bilhão, menor valor dos últimos dez anos. A queda nas contratações do cooperativismo com o BNDES, como ocorreu com a agropecuária em geral, decorreu de um novo panorama: menor alocação de recursos, aumento da taxa de juros e instabilidade econômica in-

terna e externa, impactando sobre as operações de crédito, notadamente aquelas voltadas para investimentos produtivos.

Salienta-se que, na medida em que os juros aumentaram nas duas principais políticas de crédito para o setor, Procap-Agro e Prodecoop, a taxa de juros básica da economia caiu nos últimos anos. De 2014–2015 a 2018, enquanto a taxa de juros do Procap-Agro subiu de 6,5% ao ano para 10,68% ao ano e a do Prodecoop, de 5,5% ao ano para 8,5% ao ano, a taxa Selic caiu de 14,25% ao ano para 6,5% ao ano (Brasil, 2014-2019, 2019). A superioridade dos juros das políticas em relação à taxa Selic tornou alguns financiamentos desinteressantes para as cooperativas.⁶

A aplicação dos recursos financeiros inicialmente programados para o Prodecoop e o Procap-Agro decresceu muito nesse contexto. Ainda que nos anos-safra 2016–2017 e 2017–2018 os valores inicialmente programados pelo BNDES para o Prodecoop fossem elevados, de R\$ 2,4 bilhões e R\$ 1,7 bilhão, respectivamente, a aplicação efetiva dos valores foi, nessa ordem, de 16% e 41% (R\$ 384 milhões e R\$ 694 milhões). No caso do Procap-Agro, cuja programação foi de R\$ 2,2 bilhões em 2017–2018 e de R\$ 2,5 bilhões em 2018–2019, a aplicação foi ainda menor, 12% e 3%, respectivamente, ou seja, R\$ 254 milhões e R\$ 64 milhões (Brasil, 2019).

Portanto, quando se analisa o comportamento do BNDES no financiamento das cooperativas brasileiras, discorre-se também sobre a importância das políticas de crédito e do papel do Estado no desenvolvimento do setor.

Referindo-se à evolução percentual, o desembolso do BNDES para cooperativas cresceu 19,9% ao ano e 338% de 2003 a 2018. Em 2010, auge dos desembolsos ao setor, a diferença com relação a 2000 chegou a 1.533%. O BNDES

consolidou-se como o maior financiador de investimentos das cooperativas brasileiras na década de 2000.

A Figura 1 mostra a distribuição estadual dos recursos do BNDES repassados às cooperativas agropecuárias em 2003–2018.

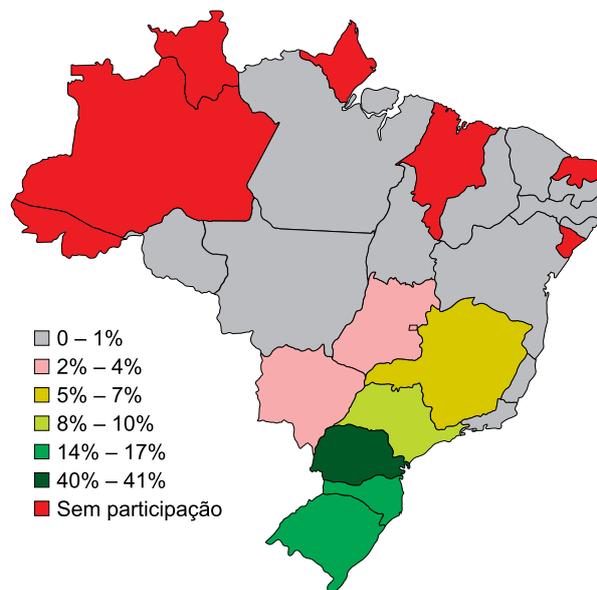


Figura 1. BNDES – distribuição dos recursos para cooperativas agropecuárias por unidade da federação em 2003–2018.

Fonte: BNDES (2003-2018).

O Paraná acessou 40% dos empréstimos, totalizando R\$ 17,5 bilhões, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 16,9%, R\$ 7,3 bilhões, e Santa Catarina, com 14%, R\$ 6 bilhões. São Paulo e Minas Gerais acumularam, nessa ordem, 8,6%, R\$ 3,7 bilhões, e 7,9%, R\$ 3,4 bilhões, de participação. Mato Grosso do Sul adquiriu 3,9%, R\$ 1,7 bilhão, Goiás 2,0%, R\$ 880 milhões e Mato Grosso 1%, R\$ 432 milhões.

Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins exibiram

⁶ Os encargos financeiros dos programas mudaram nos últimos anos de taxas fixas para taxas variáveis: no caso do Procap-Agro, a partir de 2018 a taxa de juros passou a ser composta pela Taxa de Longo Prazo (TLP) acrescida de 3,7% ao ano; no Prodecoop, depois de 2019, os encargos foram divididos em taxa de juros prefixada, de até 8,0% ao ano, e taxa pós-fixada, composta por parte fixa de até 3,46% ao ano, acrescida do Fator de Ajuste Monetário (FAM) (Brasil, 2014-2019).

índices inferiores a 1%; Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe não registraram crédito do BNDES para cooperativas agropecuárias no período.

Quanto à distribuição regional do crédito do BNDES ao cooperativismo rural do período, o Sul contraiu 71,1% dos valores (R\$ 30,9 bilhões), o Sudeste 17% (R\$ 7,4 bilhões), o Centro-Oeste 7% (R\$ 3 bilhão), o Nordeste 0,4% (R\$ 176,6 milhões) e o Norte 0,13% (R\$ 57 milhões) – 4,2%, cerca de R\$ 1,8 bilhão, não corresponderam a um estado específico, pois foram contratos de crédito que envolveram obras em mais de uma unidade da federação.

Os dados regionalizados mostram que o crescimento dos valores aplicados pelo BNDES em investimentos no cooperativismo agropecuário, na década de 2000, foi acompanhado de concentração do crédito em poucos estados. Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, juntos, obtiveram 87% do crédito do banco.

Nesses estados, o cooperativismo agropecuário apresentou-se mais desenvolvido nos últimos anos, com importantes participações na economia, impactando a demanda estadual de crédito. No caso do Paraná, um dos maiores produtores agrícolas do País, as cooperativas responderam por 58% do PIB agropecuário estadual em 2018, com faturamento anual superior a R\$ 70 bilhões (Ocepar, 2019).

No Norte e Nordeste, são baixas as participações das cooperativas na produção agropecuária, justificando os poucos valores contratados. No Centro-Oeste, apesar de forte desenvolvimento da agricultura, a presença de cooperativas é recente e, em parte, teve relação com a expansão de cooperativas sulistas para a região. Portanto, a distribuição do cooperativismo agropecuário brasileiro se concentrou no eixo Rio Grande do Sul – Minas Gerais (Figura 1).

Outro aspecto fundamental para compreender a maior destinação de crédito para o Sul, além de sua capacidade econômica e produtiva, é a atuação do Banco Regional de

Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que, como o BNDES, é um banco público de investimento, mas atua especificamente no Sul do Brasil, fornecendo crédito aos vários setores da economia. Sua participação no desenvolvimento das cooperativas regionais é antiga, e a história do banco se confunde com a história do cooperativismo agropecuário sulista.

Os financiamentos do BRDE para as cooperativas do Sul originaram-se no BNDES, ou seja, o BRDE atuou como repassador dos recursos do BNDES. De 2003 a 2018, a liberação de crédito do banco às cooperativas regionais somou cerca de R\$ 12 bilhões, equivalentes a 27% dos desembolsos do BNDES, o que colocou o BRDE na posição de principal agente financeiro nos repasses do BNDES ao cooperativismo rural (BNDES, 2003-2018).

O BNDES e a ascensão geoeconômica das cooperativas brasileiras de 2000 a 2018

A expansão econômica e geográfica das cooperativas agropecuárias do País, depois de 2000, vinculou-se com uma série de fatores econômicos, produtivos e políticos. Contudo, como anteriormente mencionado, o acesso ao capital, necessário para investimentos produtivos e comerciais, bem como para manutenção de capital de giro e custeio, foi central para o crescimento do cooperativismo rural nos últimos anos, principalmente das grandes cooperativas agropecuárias. Foi nesse sentido que o BNDES manifestou sua importância, pois originou e operou os programas de crédito voltados ao cooperativismo agropecuário.

A partir de 2003, as cooperativas agropecuárias foram amplamente beneficiadas pela ação do BNDES e dos bancos repassadores, contratando volumosos recursos públicos que foram empregados em ativos imobilizados, comumente na armazenagem de grãos e na produção agroindustrial.

A maior parte dos valores do crédito oficial ao cooperativismo foi aplicado nos estados do Sul, com destaque para as grandes cooperativas agropecuárias, com maior capacidade de investimento e endividamento. Foram justamente as grandes cooperativas que exibiram os melhores índices de expansão no contexto recente, com crescimento da produção agropecuária e industrial, ampliação do número de empregados e sócios e elevação do faturamento.

Para ilustrar a relação das cooperativas com o BNDES, o estudo selecionou as cinco maiores cooperativas agropecuárias do Sul em 2018 – Coamo, Aurora, C. Vale, Lar e Cocamar –, que foram também as cinco maiores do ramo no Brasil, sendo o critério de classificação o faturamento bruto anual. Essas cooperativas forneceram os dados e informações para análise da importância do banco no crescimento geoeconômico do setor no pós-2000.

O faturamento somado dessas cinco cooperativas foi de R\$ 42,5 bilhões em 2018 (C. Vale, 2000-2018; Coamo, 2000-2018; Lar, 2001-2018; Cocamar, 2014-2018; Exame, 2019) e, apesar das particularidades de cada uma em sua trajetória recente de desenvolvimento, a característica comum às cinco instituições é a grande contratação de recursos públicos para alavancar seu crescimento produtivo e espacial desde 2000, com destaque para os financiamentos oriundos do BNDES.⁷

A Tabela 3 mostra os valores financiados pelas cinco cooperativas no BNDES em 2007–2018, em operações diretas e indiretas. Nesse intervalo, elas contrataram cerca de R\$ 7,1 bilhões com o BNDES, ou 22,6% do total aplicado pelo banco no cooperativismo brasileiro.

Em geral, os financiamentos públicos das cooperativas concentraram-se em 2009 e 2010 e de 2013 a 2016. Nesses anos, as cooperativas contrataram R\$ 4,9 bilhões, cerca de 70% do montante total financiado. Os anos com aumento da contratação coincidiram com os momentos em que houve maior disponibilidade de crédito e redução de juros nas principais linhas de financiamento ao setor (5,5% a 6,75% ao ano). Já os momentos de diminuição dos empréstimos, como em 2011, 2012 e pós-2016, relacionam-se com as crises econômicas no plano externo e interno: em 2011 e 2012, desdobramentos da crise internacional de 2008; depois de 2016, crise político-econômica interna. Nesse sentido, a tomada de crédito no BNDES pelas cooperativas não dependeu apenas da disponibilidade de recursos e das taxas de juros, mas obedeceram também ao contexto econômico interno e externo. Mesmo com recursos fartos e baratos no pós-2008, houve momentos em que as cooperativas retardaram suas contratações por causa das incertezas sobre exportações, mercados e preços.

⁷ A Cooperativa Central Aurora foi criada em 1969, em Chapecó, oeste de Santa Catarina, e atua na produção e industrialização de aves, suínos, rações e lácteos, possuindo unidades em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Atualmente, a Central Aurora é composta por 11 cooperativas singulares e detém faturamento de R\$ 8,8 bilhões (Aurora, 2000-2016). A Coamo Agroindustrial Cooperativa surgiu em 1970, em Campo Mourão, centro-oeste do Paraná, e atua nas cadeias produtivas de grãos, como soja, milho, trigo, algodão e café, com recebimento, armazenagem e industrialização. Em 2018, a cooperativa somava receitas globais de R\$ 14,7 bilhões, exportações de US\$ 1,8 bilhão, produção de 7,2 milhões de toneladas de grãos (3,2% da safra brasileira) e 28,6 mil produtores associados, com território de ação no Paraná, em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina (Coamo, 2000-2018). A Lar Cooperativa Agroindustrial foi fundada em 1964, em Missal, oeste paranaense. Na década de 1970, a Lar mudou sua sede para Medianeira, cidade próxima de Missal. A cooperativa produz e comercializa grãos, aves, suínos, leite, mandioca e industrializa carnes, vegetais, alimentos enlatados e congelados, com território de atuação no Paraná, em Santa Catarina, em Mato Grosso e no Paraguai. Além disso, a cooperativa possui rede de supermercados, postos de combustíveis e transportadora. Em 2018, a Lar possuía 10,8 mil associados e faturamento de R\$ 6,3 bilhões (Lar, 2001-2018). A C. Vale surgiu em 1963, na cidade de Palotina, no oeste do Paraná, e opera na produção, industrialização e comércio de grãos, aves, suínos, peixes e amidos. A C. Vale foi, das instituições selecionadas para o estudo, a última a ingressar na produção industrial, no fim da década de 1990, e exibiu a maior área de abrangência, desenvolvendo suas atividades no Paraná, em Santa Catarina, em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e no Paraguai. Em 2018, o número de sócios da C. Vale foi de 20,8 mil produtores, com R\$ 8,5 bilhões em receitas (C. Vale, 2000-2018). A Cocamar foi fundada em 1963, em Maringá, norte do Paraná, e destaca-se nas cadeias produtivas de grãos, como soja e café, laranja e na produção de alimentos industrializados. A cooperativa está presente no Paraná, em São Paulo e em Mato Grosso do Sul, com cerca de 13 mil produtores sócios e faturamento de R\$ 4,5 bilhões (Cocamar, 2014-2018).

Tabela 3. BNDES – financiamentos de cooperativas selecionadas em 2007–2018.⁽¹⁾

Cooperativa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Coamo	23,1	42,9	137,3	99,7	132,9	140,8	184,5	145,7	285,7	124,3	304,6	205,8	1.827
Aurora	61,5	19,8	200,0	80,0	49,2	40,7	258,6	193,4	458,0	19,5	105,2	166,7	1.652
Lar	10,3	61,1	164,6	177,9	40,9	51,0	127,5	140,2	175,7	333,0	98,4	58,5	1.439
C. Vale	18,0	30,0	102,0	175,8	50,5	122,4	99,6	156,9	161,8	145,9	93,7	37,6	1.194
Cocamar	9,4	45,1	74,3	163,4	30,9	77,3	80,3	133,4	154,8	162,0	77,8	3,1	1.012
Total	122,3	198,9	678,2	696,8	304,4	432,2	750,5	769,6	1.236	784,7	679,7	417,7	7.125

⁽¹⁾Valores em R\$ milhão correntes.

Fonte: BNDES (2003-2018).

É importante ressaltar que os valores baixos de 2007 e 2008 se devem à menor disponibilidade de crédito oficial. No início da década de 2000, os programas de crédito, tanto gerais à agricultura quanto específicos para o cooperativismo agropecuário, possuíam poucos recursos para investimento, crescendo principalmente no pós-2008.

A Coamo obteve a maior contratação entre as cooperativas no período observado, R\$ 1,8 bilhão; seus maiores empréstimos foram de R\$ 286 milhões em 2015 e de R\$ 305 milhões em 2017. Mesmo a Coamo sendo a maior cooperativa singular da América Latina e, portanto, possuidora de grande capital próprio em fundos e elevado faturamento anual – superiores a R\$ 14 bilhões em 2018 –, ela acessou com frequência os recursos do BNDES. As contratações da cooperativa em 2003–2018 chegaram a R\$ 2 bilhões.

A Aurora, com R\$ 1,65 bilhão, somou a segunda maior contratação. Até 2009, a central financiou apenas R\$ 91 milhões e, de 2013 a 2015, contratou R\$ 910 milhões, 61,5% do total do período. Somente em 2015, a cooperativa registrou R\$ 458 milhões em empréstimos. Em 2016, 2017 e 2018, diferentemente da Coamo, a Aurora reduziu consideravelmente os financiamentos com o BNDES, fato que pode ser explicado pelas oscilações no mercado de car-

nes, seu principal produto comercializado, que impactaram seus investimentos.

A Lar captou valores próximos aos da Aurora e aos da Coamo, com R\$ 1,43 bilhão, concentrados em 2009, 2010, 2015 e 2016. A C. Vale somou R\$ 1,19 bilhão e a Cocamar R\$ 1 bilhão.

Para dimensionar a importância dos recursos das operações diretas e indiretas com o BNDES, pode-se comparar os valores contratados com o total pago pelas cooperativas em financiamentos em 2003–2015 (que engloba os financiamentos adquiridos no mercado e com políticas de crédito): 27,8% na Cocamar, 23,4% na Aurora, 22% na Lar, 15,6% na C. Vale e 15,4% na Coamo (Aurora, 2000-2016; Cocamar, 2000-2017; C. Vale, 2000-2018; Coamo, 2000-2018; Lar, 2001-2018; BNDES, 2003-2018).⁸

A Tabela 4 mostra os valores financiados pelas cooperativas no BNDES segundo as principais políticas acessadas, no caso, Prodecoop e Procap-Agro.

Em algumas instituições, como Aurora e C. Vale, cerca de 80% de todo o financiamento ocorreu pelas políticas mencionadas. A cooperativa com menor participação foi a Coamo, com 55,6%, e, mesmo assim, uma taxa elevada. Além dessas, outras políticas de crédito participaram

⁸ O cálculo leva em consideração apenas a participação dos financiamentos diretos e indiretos com o BNDES no total de financiamento pago pelas cooperativas em 2003–2015. Os dados dos financiamentos totais das cooperativas foram coletados nos Demonstrativos Contábeis dos Relatórios Anuais das cooperativas (Aurora, 2000-2016; Cocamar, 2000-2017; C.Vale, 2000-2018; Coamo, 2000-2018; Lar, 2001-2018).

Tabela 4. BNDES – financiamento das cooperativas selecionadas em 2003–2018 (Prodecoop e Procap-Agro e total).⁽¹⁾

Cooperativa	Prodecoop	Procap-Agro	Soma programas	Total no BNDES	Part. ⁽²⁾ (%)
Coamo	929,8	206,5	1.136,3	2.042,0	55,6
Aurora	1.157,8	258,0	1.415,8	1.694,0	83,6
Lar	750,5	386,3	1.136,8	1.511,6	75,2
C.Vale	681,9	340,7	1.022,6	1.328,8	76,9
Cocamar	509,6	261,5	771,1	1.037,7	74,3
Total	4.029,6	1.453,0	5.482,6	7.614,1	72,0

⁽¹⁾ Valores em R\$ milhão correntes. ⁽²⁾ Participação dos financiamentos com o Prodecoop e Procap-Agro no total de financiamento com o BNDES.

Fonte: BNDES (2003-2018).

dos financiamentos das cooperativas, como o PCA, BNDES Finame e Pronaf Investimento.

Pode-se atribuir ao BNDES e ao Prodecoop os papéis de protagonistas no desenvolvimento do cooperativismo brasileiro, das grandes, médias e pequenas cooperativas. Ao longo da década de 2000, por causa do apoio financeiro público, além do crescimento das cooperativas, surgiram novas associações, gerando expansão do número e do tamanho das cooperativas agropecuárias; na década de 1990, era recorrente a liquidação de instituições do ramo. O acesso ao capital foi o fator primário para a alavancagem econômica das cooperativas.

O crédito público esteve na base do crescimento econômico e geográfico das cooperativas, pois, aliado às boas condições de preço e mercado, isso possibilitou que as cooperativas investissem em sistemas produtivos e comerciais. No auge das contratações, 2013 e 2015, as cooperativas, incentivadas também pela expansão do consumo interno e ampliação do mercado externo, captaram empréstimos e aplicaram nas cadeias produtivas de grãos (farelo e óleo, ração, farinha e sementes), carnes (aves, suínos e peixes) e lácteos (leite e derivados). Os investimentos concentraram-se nas agroindústrias processadoras de alimentos, o que promoveu a produção com maior valor agregado, ampliou o mercado consumidor das empresas e gerou maior avanço das receitas. De 2010 a 2018, o faturamento das cinco cooperativas estudadas saltou de R\$ 13 bi-

lhões para R\$ 42,5 bilhões, diferença de 227% em oito anos (Aurora, 2000-2016; Cocamar, 2000-2017, 2014-2018; C. Vale, 2000-2018; Coamo, 2000-2018; Lar, 2001-2018).

Para finalizar a análise da importância do BNDES no recente crescimento do cooperativismo brasileiro, a Tabela 5 mostra os principais empreendimentos das cooperativas Coamo, Aurora, C. Vale, Lar e Cocamar nos últimos anos. Ressalta-se que muitos dos investimentos descritos foram indiretos, ou seja, contaram com a participação de outras instituições financeiras no desembolso dos recursos do BNDES, com destaque para o BRDE.

Os financiamentos foram para construção, modernização, ampliação e aquisição de unidades de armazenagem e de produção industrial, de 2003 a 2018, totalizando R\$ 771 milhões da Aurora, R\$ 407,7 milhões da C. Vale, R\$ 511,5 milhões da Lar, R\$ 634 milhões da Cocamar e R\$ 1,4 bilhão da Coamo (não correspondem a todos os financiamentos das instituições com o BNDES).

Os maiores investimentos da Aurora com recursos do BNDES foram na aquisição de unidades industriais: R\$ 65,3 milhões pelo frigorífico de aves da empresa Avepar em Abelardo Luz, SC, em 2014; R\$ 84,1 milhões pelo frigorífico de aves da empresa Bondio Alimentos S/A em Guatambú, SC, em 2013; R\$ 109 milhões por um frigorífico de aves e um de suínos da cooperativa Cotrel em Erechim, RS, em 2017;

Tabela 5. BNDES – investimentos realizados pelas cooperativas selecionadas com financiamento direto ou indireto.⁽¹⁾

	Detalhes do investimento	Política de crédito	Valor financiado	Ano
Aurora	Construção de uma fábrica de lácteos em Pinhalzinho, SC	Pronaf Investimento	70.982.000	2011
	Aquisição de um frigorífico de aves em Guatambu, SC	Prodecoop	83.860.000	2013
	Aquisição de um frigorífico de suínos em Chapecó, SC	Prodecoop	200.000.000	2015
	Aquisição de um frigorífico de aves e fábrica de ração em Mandaguari, PR	Prodecoop	300.000.000	2015
	Ampliação do frigorífico de suínos e da presuntaria em São Gabriel do Oeste, MS	Prodecoop	66.715.000	2015
	Aquisição de dois frigoríficos de aves e suínos em Erechim, RS	Prodecoop	49.593.000	2017
C. Vale	Ampliação do abatedouro de aves em Palotina, PR	Prodecoop e Finem	20.000.000	2003
	Implantação de uma unidade de industrializados de aves em Palotina, PR	Prodecoop e Finem	20.000.000	2005
	Aquisição das unidades de grãos da Coopermibra, PR	Procap-Agro	100.000.000	2009
	Implantação da terceira linha de abate no frigorífico de aves em Palotina, PR	Prodecoop e Finame	26.039.468	2014
	Construção de duas unidades de grãos em Terra Roxa e Alto Piquiri, PR	Prodecoop, PCA e Finame	62.244.099	2015 e 2018
	Aquisição de nove unidades da empresa Marasca, RS	Prodecoop	99.999.000	2016
	Construção de um frigorífico de peixes e fábrica de ração em Palotina, PR	Prodecoop	79.480.000	2015
Lar	Construção de UPL em Serranópolis do Iguaçu, PR e expansão da armazenagem	Prodecoop	45.221.000	2010
	Ampliação da indústria de aves para 286 mil aves/dia em Matelândia, PR	Prodecoop	87.895.000	2011
	Ampliação indústria de aves para produção de linguiça e empanados em Medianeira, PR	Prodecoop e PSI-BK	125.356.000	2015
	Construção de duas unidades de grãos e ampliação e modernização de outras nove unidades em Mato Grosso do Sul	PCA e Prodecoop	153.097.000	2016
	Construção de UPLD e de um matriseiro de aves em Santa Helena, PR	Prodecoop	100.000.000	2016
	Ampliação e modernização da indústria de óleo de soja em Campo Mourão, PR	Prodecoop	69.344.000	2009
Coamo	Construção do moinho de trigo em Campo Mourão, PR	Prodecoop	70.000.000	2015
	Construção de uma indústria de óleo e farelo de soja em Dourados, MS	Prodecoop, PCA e FCO	410.000.000	Em obras
	Construção de unidades de recebimento e armazenagem de grãos em Sidrolândia e Itaporã, MS	PCA	52.350.000	2018
	Construção e modernização de diversas unidades de recebimento e armazenagem de grãos no Paraná, em Santa Catarina e Mato Grosso do Sul	Prodecoop e PCA	835.229.287	2003 a 2018

Continua...

Tabela 5. Continuação.

	Detalhes do investimento	Política de crédito	Valor financiado	Ano
Cocamar	Construção de uma usina termoelétrica de queima de biomassa em Maringá, PR	Outro	35.507.000	2008
	Modernização da indústria de fios de algodão e sintético em Maringá, PR	Prodecoop e outro	29.570.000	2012
	Construção, aquisição e modernização de várias unidades de recebimento e armazenagem de grãos no Paraná, em São Paulo e Mato Grosso do Sul	Prodecoop, PCA e PSI-BK	385.485.000	2005 a 2015
	Aquisição de três unidades de grãos e uma UBS da Vilela, Vilela e Cia Ltda. no Paraná	Prodecoop	183.639.000	2017
Valores totais financiados			3.761.605.854	

⁽¹⁾ Valores em R\$ correntes. UPL – unidade produtora de leitões; UPLD – unidade produtora de leitões desmamados; UBS – unidade de beneficiamento de sementes.

Fonte: Aurora (2000-2016), C.Vale (2000-2018), Coamo (2000-2018), Cocamar (2000-2017, 2014-2018), LAR (2001-2018) e BNDES (2003-2018).

R\$ 235 milhões pela unidade industrial de abate e processamento de suínos da antiga Chapecó Companhia Industrial de Alimentos, em 2015; R\$ 300 milhões pelo frigorífico de aves e fábrica de ração da Cocari de Mandaguari, PR, em 2015. Ao todo, a aquisição dos frigoríficos pela Aurora superou R\$ 600 milhões em financiamentos.

A partir da crise global de 2008, a Aurora traçou uma estratégia de expansão baseada na locação, com possibilidade de aquisição de unidades operacionais, sobretudo de frigoríficos. Nesse momento, com os desdobramentos da crise no mercado externo, muitas empresas de proteína animal do oeste catarinense estavam em dificuldade e foram alugadas ou adquiridas pela Aurora. Essa forma de expansão contou com a presença do crédito público e garantiu que, num pequeno prazo, a central aumentasse bruscamente sua produção, pois não precisava aguardar a construção da indústria e já contava com suprimento de matéria-prima.⁹ Com as aquisições, a Aurora tornou-se o terceiro maior grupo agroindustrial de carnes do País (Padilha, 2019).

Quanto aos investimentos da C. Vale, todo o complexo avícola – que engloba a construção do abatedouro de aves em 1997, da fábrica de ração em 2002, da indústria desativadora de soja

em 2003 e da unidade de industrialização de aves em 2005 – foi concebido com recursos de diferentes políticas de crédito (Finame, Recoop, Prodecoop e Finem), consumindo cerca de R\$ 240 milhões de 1997 a 2005. O mais recente investimento da C. Vale foi na cadeia produtiva de peixes, que somou R\$ 110 milhões, sendo R\$ 78 milhões no frigorífico de peixes, R\$ 28 na fábrica de ração e R\$ 4 milhões na unidade de produção de alevinos, com empréstimo de R\$ 79 milhões do Prodecoop.

A ampliação territorial da C. Vale amparou-se também na parceira com o BNDES. Na expansão para as mesorregiões centro-oeste, norte, centro-sul e noroeste do Paraná, pela aquisição de 19 unidades operacionais da cooperativa Coopermibra em 2014, sediada em Campo Mourão, a C. Vale desembolsou aproximadamente de R\$ 200 milhões, sendo R\$ 100 milhões oriundos do Procap-Agro para viabilizar e reestruturar as operações comerciais nas unidades recém-adquiridas. No crescimento horizontal para o Rio Grande do Sul, que ocorreu com a aquisição de 26 unidades de recebimento e armazenagem de grãos da empresa Marasca Comércio de Cereais, em 2015, com sede em

⁹ Em 2009–2015, o número de aves abatidas pela Aurora saltou de 104 milhões para 233 milhões, e o número de suínos abatidos cresceu de 3,28 milhões para 4,47 milhões (Aurora, 2000-2016).

Cruz Alta, a cooperativa obteve R\$ 100 milhões do Prodecoop.

Na Lar, os principais investimentos mostrados na Tabela 5 referem-se à unidade industrial de carnes, em Matelândia, construída em 1999, e que, desde então, passou por sucessivas ampliações e modernizações. De 2009 a 2011, a Lar investiu na duplicação da capacidade de abate, de 140 mil para 286 mil aves por dia, com investimentos próximos de R\$ 150 milhões, sendo R\$ 87,9 milhões provenientes do Prodecoop. De 2014 a 2016, foram aplicados mais R\$ 144 milhões na modernização, ampliação e construção da linha de empanados e linguiça, com empréstimos de R\$ 125 milhões também do Prodecoop.

Duas obras importantes da cooperativa foram a unidade de produção de leitões desmamados (UPLD) em Santa Helena, no oeste do Paraná, com capacidade para alojar 10 mil matrizes, e o matrizeiro para produção de aves, também em Santa Helena, com capacidade para alojar, em seus oito núcleos de produção, cerca de 560 mil aves matrizes. Esses empreendimentos somaram R\$ 135 milhões, sendo R\$ 100 milhões do Prodecoop.

Em Mato Grosso do Sul, a Lar iniciou suas operações em 2003 e detém atualmente a maior parte da sua estrutura de armazenagem, 67% de 1,7 milhão de toneladas. De 2005 a 2017, a cooperativa investiu cerca de R\$ 320 milhões no estado. Como exemplos da importância das políticas de crédito e do BNDES para a expansão geográfica da Lar em Mato Grosso do Sul, a Tabela 5 mostra as obras que contemplaram a construção, ampliação e modernização de diversas unidades de grãos, cuja origem dos recursos foi o PCA e o Prodecoop. Ao todo, foram financiados R\$ 153 milhões, R\$ 24 milhões do Prodecoop e R\$ 112 milhões do PCA.

No caso da Coamo, maior cooperativa do Brasil, o uso dos recursos públicos foi valoroso para a ampliação da capacidade de armazenagem de grãos. De 2003 a 2018, a cooperativa acessou mais de R\$ 800 milhões para construção ou modernização de unidades de recebimento e

armazenagem no Paraná, em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina. Em 2018, a Coamo contratou R\$ 52 milhões para a construção de duas unidades em Mato Grosso do Sul, em Sidrolândia e Itaporã. Além da ampliação de armazéns, o crédito do BNDES financiou investimentos industriais da cooperativa, como a construção do moinho de trigo em 2015, com aporte de R\$ 70 milhões, e a ampliação e modernização da indústria de óleo de soja em 2009, com mais R\$ 69 milhões.

Em 2016, ocorreu o primeiro investimento em industrialização da Coamo em Mato Grosso do Sul, que é o maior da história da cooperativa: uma unidade de processamento de soja para a produção óleo e farelo, em Dourados, com capacidade de processar 3 mil toneladas de soja e 720 toneladas de óleo de soja por dia. O empreendimento, em construção, somará R\$ 750 milhões ao todo, com financiamentos de vários programas. Até 2018, haviam sido empregados R\$ 144 milhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), R\$ 170 milhões do Prodecoop e R\$ 95 milhões do PCA, os dois últimos com crédito indireto do BNDES.

Por fim, a Cocamar, com crescimento exponencial nos últimos anos, ingressando em Mato Grosso do Sul e em São Paulo, obteve do BNDES o capital para construção, aquisição e modernização de diversas unidades de recebimento e armazenagem de grãos. De 2005 a 2015, a cooperativa captou R\$ 385 milhões para ampliar a rede de armazéns, no Prodecoop, PCA e PSI-BK e, em 2017, ao adquirir as unidades da empresa Vilela, Vilela e Cia Ltda., contratou R\$ 183,6 milhões do Prodecoop.

O crédito público também foi empregado na construção de uma usina termelétrica movida pela queima de biomassa, com financiamento de R\$ 35,5 milhões, e na modernização da fábrica de fios, em 2012, com R\$ 29,5 milhões, oriundos sobretudo do Prodecoop.

Em resumo, além de ampliar a produção recebida e industrializada, os financiamentos permitiram a ampliação geográfica das cooperativas. Os financiamentos públicos associaram-se

à migração das cooperativas para outros estados. A ampliação da área de atuação impactou diretamente o crescimento do volume de produção captado pelas cooperativas, o número de produtores associados e as receitas. Algumas cooperativas, ao dilatarem seu território de atuação, garantiram o acesso constante à produção agrícola e reduziram os riscos de queda de recepção de safras em decorrência de problemas climáticos locais.

Os recursos do BNDES fomentaram ainda os processos de fusões e aquisições nas cooperativas citadas, já que financiaram a compra de estruturas e ativos de outras cooperativas ou empresas privadas. Merece atenção o caso da Aurora, que adquiriu cinco frigoríficos em 2013–2017, movimentando mais de R\$ 633 milhões em financiamentos do BNDES (Tabela 5). A estratégia de expansão produtiva e territorial via aquisições foi empregada também pela C. Vale e Cocamar, que contrataram créditos de R\$ 200 milhões e R\$ 183 milhões, respectivamente.

Considerações finais

Na década de 2000, o crédito rural foi uma das principais ferramentas de intervenção do Estado na agropecuária e, na medida em que possibilitou ao setor a aquisição de novas tecnologias, desencadeou o aumento da produtividade e da produção. No cooperativismo agropecuário, os financiamentos públicos tornaram-se centrais para os investimentos produtivos, financiamentos de operações de custeio, capital de giro, comercialização e refinanciamento de dívidas.

O BNDES, por se tratar do maior banco de investimento público do País e do operador das políticas de crédito para o cooperativismo, assumiu papel destacado no processo de expansão geoeconômica do setor nos últimos anos. Em tempos em que se questiona a função do BNDES na economia, é importante ressaltar que as fases de expansão econômica nacional, do passado distante ou breve, caracterizaram-se pela forte presença do banco como financiador dos seto-

res produtivos e comerciais, com prioridade ao conteúdo nacional.

No caso das cooperativas, a partir de 2000 esta pesquisa revelou o mérito do BNDES e das políticas públicas de crédito para o crescimento do cooperativismo agropecuário nacional, que, apesar da crise econômica dos últimos anos, não sofreu grandes danos, pois, entre outros fatores, estabeleceu com o banco parcerias de longo prazo, com juros compatíveis, para investimentos, modernização produtiva e comercial e ampliação geográfica, dinamizando assim sua competitividade perante o agronegócio nacional e internacional.

As maiores cooperativas brasileiras, dada a maior capacidade de endividamento e investimento, acessaram com frequência os financiamentos do banco e usaram recursos públicos para ampliar suas indústrias e armazéns, construir novas unidades produtivas e adquirir ativos de outras empresas e cooperativas.

A análise da relação das grandes cooperativas com o BNDES, apesar do limite amostral, forneceu um bom exemplo da importância do banco ao cooperativismo agropecuário: acompanhou as cooperativas na expansão produtiva, territorial e econômica. Ao financiar construções, modernizações e aquisições de unidades de armazenagem de grãos ou agroindustrial, o BNDES permitiu às cooperativas expandirem seus territórios de atuação e sua produção recebida e processada e, ao liberar capital de giro, possibilitou que as cooperativas cumprissem suas obrigações com o mercado, fornecedores, produtores associados e colaboradores.

O crédito público e o BNDES permitiram que as cooperativas aproveitassem o bom momento vivido pela economia brasileira no início da década de 2000 para estabelecer uma trajetória de crescimento, além de dilatar negócios para o exterior. Não obstante, é necessário frisar que a expansão do crédito para o cooperativismo foi acompanhada da concentração regional dos recursos financeiros, especialmente no Sul,

e marcada pela forte tomada de empréstimos pelas grandes cooperativas.

A redução dos valores financiados pelo banco ao cooperativismo nos últimos anos, efeito das mudanças políticas e econômicas brasileiras do pós-2015, colocou em questão qual será o papel do BNDES no futuro do setor. Apesar da queda das contratações, o banco manteve-se como principal fonte de crédito para investimento às cooperativas, e estas, mesmo com a recessão atingindo vários segmentos da economia nacional, continuaram crescendo e pressionando por investimento para construção, aquisição e modernização de infraestruturas produtivas. É importante, como já ocorreu em outros momentos, o estreitamento do diálogo entre o banco e as entidades representativas do cooperativismo – políticas e organizacionais –, com o intuito de verificar a melhor estratégia para aplicação dos recursos financeiros disponíveis no BNDES, sobretudo diante das mudanças dos encargos financeiros do Prodecoop e Procap-Agro, nos últimos três anos, que foram no sentido contrário ao da queda da taxa Selic e reduziram a atratividade e a aplicação das políticas.

Referências

- AURORA. **Relatório Anual**. Chapecó, 2000-2016. Disponível em: <<https://www.auroraalimentos.com.br/relatorio-anual>>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília, 1999-2012. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELURAL>>. Acesso em: 8 dez. 2019.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. Brasília, 2013-2018. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/en/#!/c/MICRRURAL>>. Acesso em: 8 dez. 2019.
- BACEN. **Resolução 2.987, de 3 de julho de 2002**. Institui o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 2002. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46832/Res_2987_v1_O.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BACEN. **Resolução 3.739, de 22 de junho de 2009**. Institui, no âmbito do BNDES, o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro). 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3739_v3_P.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Livro verde**: 65 anos: nossa história tal como ela é. Rio de Janeiro, 2017. 333p.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Transparência**. 2003-2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BNDES. **Relatório Anual BNDES**. 2000-2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/relatorios>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- BNDES. **Relatório de atividades** 1995. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3863>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998**. Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/1715.htm#art2%C2%A71>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e dados básicos de economia agrícola**. Brasília, mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário**. Brasília, 2014-2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricolapequario>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de comércio exterior**. 1990-2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- C. Vale. **Relatório Anual**. Palotina, 2000-2018. Disponível em: <<http://www.cvale.com.br/demonstracoes/2018/anosanteriores.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- COAMO. Coamo Agroindustrial Cooperativa. **Demonstrações Financeira**. Campo Mourão, 2000-2018. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/contabeis/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

COCAMAR. Cocamar Cooperativa Agroindustrial. **Informações Econômico-financeiras**. Maringá, 2000-2017.

COCAMAR. Cocamar Cooperativa Agroindustrial. **Relatório**. Maringá, 2014-2018. Disponível em: <<https://www.cocamar.com.br/pagina/downloads>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Série Histórica da Capacidade Estática**. 2016. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/armazenagem/serie-historica-da-armazenagem/>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

EXAME. **Melhores & Maiores 2018**. 2019. Disponível em: <<http://mm.exame.abril.com.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LAR. **Relatório e Balanço**. Medianeira, 2001-2018. Disponível em: <<http://www.lar.ind.br/v4/online/balanco/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. Disponível em: <www.ocb.org.br/numeros>. Acesso em: 7 abr. 2019.

OCEPAR. **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PADILHA, W. **Capital financeiro e cooperativismo agropecuário da Região Sul**. 2019. 457p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.